

CIDADE PLANEJADA SIGNIFICA CIDADE SEGREGADA? ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BELO HORIZONTE E CHICAGO

*DOES A PLANNED CITY MEAN A
SEGREGATED CITY?
COMPARATIVE STUDY BETWEEN
BELO HORIZONTE AND CHICAGO*

*¿UNA CIUDAD PLANIFICADA
SIGNIFICA UNA CIUDAD
SEGREGADA? UN ESTUDIO
COMPARATIVO ENTRE BELO
HORIZONTE Y CHICAGO*

Cynthia Bráulio Alvim Bustamante
Universidade Federal de Minas Gerais
cynthiabraulio@gmail.com

Lydia Collins
Universidade Federal de Minas Gerais
lydia.collins512@gmail.com

Resumo:

O artigo propõe uma análise comparativa entre Belo Horizonte (Brasil) e Chicago (EUA), ambas planejadas no final do século XIX. A partir do diálogo entre os estudos de Katherine McKittrick acerca de um sentido negro de lugar (black sense of place), e de Beatriz Nascimento, que trata do conceito de quilombo como estrutura social e espacial de resistência negra, investiga-se como práticas de planejamento urbano modernistas contribuíram para a materialização de projetos de segregação racial em contextos distintos, mas estruturalmente conectados por práticas hegemônicas. A pesquisa se desdobra a partir de três tópicos: o primeiro, que examina os ideais de progresso associados às cidades planejadas; o segundo, que evidencia como esses projetos reforçaram dinâmicas de expropriação e segregação de populações negras; e o terceiro, que discute formas de resistência negra por meio de processos de aquilombamento, que permitem a compreensão de um sentido negro de lugar, para além da violência. Concluimos que uma leitura crítica de histórias paralelas da produção espacial negra nas Américas aponta para a possibilidade de existências para além da expropriação urbana, violência racial e ameaças contínuas à liberdade.

Palavras-chave: Belo Horizonte, Chicago, sentido negro de lugar, quilombos, planejamento urbano

Terra Livre	São Paulo	Ano 40, v.2, n.65, jul-dez 2025	ISSN 2674-8355
-------------	-----------	---------------------------------	----------------

* Essa pesquisa teve o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Abstract:

The article proposes a comparative analysis between Belo Horizonte (Brazil) and Chicago (United States), both planned in the late nineteenth century. Drawing on a dialogue between Katherine McKittrick's studies on a Black sense of place and Beatriz Nascimento's conceptualization of the quilombo as a social and spatial structure of Black resistance, the article investigates how modernist urban planning practices contributed to the materialization of racial segregation projects in distinct contexts that are nonetheless structurally connected through hegemonic practices. The research unfolds across three main themes: first, an examination of the ideals of progress associated with planned cities; second, an analysis of how these projects reinforced dynamics of expropriation and segregation of Black populations; and third, a discussion of forms of Black resistance through processes of *aquilombamento*, which enable an understanding of a Black sense of place beyond violence. The article concludes that a critical reading of parallel histories of Black spatial production in the Americas points to the possibility of existences beyond urban expropriation, racial violence, and continuous threats to freedom.

Keywords: Belo Horizonte, Chicago, black sense of place, quilombos, urban planning

Résumé / Resumen:

El artículo propone un análisis comparativo entre Belo Horizonte (Brasil) y Chicago (Estados Unidos), ambas ciudades planificadas a finales del siglo XIX. A partir del diálogo entre los estudios de Katherine McKittrick sobre un sentido negro del lugar (*black sense of place*) y el concepto de quilombo desarrollado por Beatriz Nascimento como una estructura social y espacial de resistencia negra, se investiga cómo las prácticas de planificación urbana modernista contribuyeron a la materialización de proyectos de segregación racial en contextos distintos, pero estructuralmente conectados por prácticas hegemónicas. La investigación se desarrolla en torno a tres ejes: el primero examina los ideales de progreso asociados a las ciudades planificadas; el segundo evidencia cómo estos proyectos reforzaron dinámicas de expropiación y segregación de las poblaciones negras; y el tercero discute formas de resistencia negra a través de procesos de *aquilombamiento*, que permiten comprender un sentido negro del lugar más allá de la violencia. Se concluye que una lectura crítica de historias paralelas de la producción espacial negra en las Américas señala la posibilidad de

existencias más allá de la expropiación urbana, la violencia racial y las amenazas continuas a la libertad.

Palabras-clave: Belo Horizonte, Chicago, sentido negro del lugar, quilombos, planificación urbana

Introdução

Segundo Galés e Robinson (2024), a retomada dos estudos urbanos comparativos ocorreu no início deste milênio, quando os processos de globalização se intensificaram e, como resultado, a interdependência entre geografias distintas cresceu. Isso possibilitou avanços no campo dos estudos urbanos comparativos, que passaram a analisar as semelhanças nos processos espaço-temporais, rompendo com os limites das comparações convencionais concentradas nas condições espaciais e nos resultados. Este artigo contribui com essa nova onda de pesquisas urbanas comparativas, a partir de nossas observações acerca de similaridades processuais na produção de espaço segregado como ferramenta de planejamento urbano em duas cidades planejadas do final do século XIX, sendo elas Chicago (EUA) e Belo Horizonte (Brasil).

É necessário reconhecer as distinções das realidades sociais, econômicas, políticas e geográficas entre as duas cidades. Chicago situa-se no Norte Global enquanto Belo Horizonte no Sul Global. Também diferem os propósitos iniciais de planejamento, onde Chicago emergiu como metrópole industrial enquanto Belo Horizonte foi fundada para ser capital administrativa. Além disso, a distinção populacional distinta no momento de planejamento na virada do século também é um aspecto a ser observado, Chicago com 1.7 milhões e Belo Horizonte com pouco mais de 10 mil. O contingente populacional de pessoas de origem africana traficadas durante a escravidão é significativamente diferente. O Brasil recebeu 5,5

milhões de pessoas escravizadas enquanto que nos Estados Unidos aportaram cerca de 450 mil pessoas. Estes dados refletem as dinâmicas distintas nas quais Chicago e Belo Horizonte estavam e estão inseridas. Entretanto, por meio de uma análise historiográfica, também é possível comparar os processos que conformaram essas cidades, de modo a oferecer novas perspectivas para a compreensão de relações socioespaciais históricas e contemporâneas semelhantes.

Essa identificação foi possível devido ao reconhecimento da potência histórica e contemporânea da população negra nas duas cidades. Chicago recebeu centenas de milhares de negros ao longo do século XIX como parte da Grande Migração (o êxodo de milhares de negros do Sul do país em busca de melhores condições de vida no Norte) hoje representando 30% da população da cidade, tornando essa população negra a segunda maior do país, ficando atrás apenas de Nova York (US Census, 2024). Belo Horizonte segue os padrões nacionais, com 56% da população autodeclarada negra (IBGE, 2022). Essa proporção está diretamente ancorada na escravidão, sendo que Minas Gerais foi um dos estados que recebeu o maior número de escravizados no país.

Além dos dados apresentados, este artigo reconhece o papel dos modelos de planejamento urbano que surgiram, principalmente em Chicago na virada do século até a década de 1940, para atender a interesses hegemônicos e, conseqüentemente, segregar a população negra, tendo uma forte influência global, incluindo em Belo Horizonte.

Em paralelo, identifica-se também que desde o início do século XX, têm sido realizadas pesquisas que apontam para o planejamento urbano como ferramenta de segregação, como os estudos precursores realizados na Escola de Chicago, bem como os modelos desenvolvidos

por Robert Park, Ernest Burgess e Homer Hoyt (Machado, 2019). Entretanto, estes estudos indicam o potencial segregatório que as ferramentas de planejamento possuem, mas não apontam para a racialidade presente nestes instrumentos de gestão. Quando o fazem, destacam a existência da população negra numa posição predominantemente de violência.

Partindo desse pressuposto, o objetivo deste trabalho é discutir a imbricação entre o surgimento das cidades planejadas do final do século XIX como uma forma de implementação da segregação socioespacial racializada, mas também, destacar o papel de resistência da população negra, para além das relações de violência às quais está exposta, desobedecendo, assim, as narrativas tradicionais.

Para tanto, o artigo propõe o diálogo entre a teoria de duas pesquisadoras negras, a geógrafa canadense Katherine McKittrick e a historiadora brasileira Beatriz Nascimento. A partir de seus estudos acerca de um sentido negro de lugar (McKittrick, 2011) e o conceito de quilombo como estrutura social e espacial de resistência negra (Nascimento, 2021), buscamos enegrecer processos dentro, apesar de, e fora do planejamento urbano. A identificação de momentos de convergência na produção do espaço ao longo da história, mesmo reconhecendo suas diferenças em hemisférios opostos, foi o ponto de partida para a análise.

Procedimentos metodológicos

Este artigo mobiliza tendências emergentes nos estudos urbanos comparativos para oferecer perspectivas alternativas sobre a vida negra no espaço urbano (Simone, 2024; Jones e Rogers, 2024; Maloutas, 2024). Apresentamos três tópicos em ordem cronológica a

fim de compreender as condições urbanas: primeiro, as práticas hegemônicas de planejamento urbano utilizadas no final do século XIX para construir cidades como símbolos do progresso moderno; segundo, as formas como essas práticas de planejamento contribuíram para o processo de dominação capitalista por meio da codificação da segregação racial; e, terceiro, instâncias contemporâneas de produção espacial negra que resistem às violências perpetradas por essas práticas modernistas de planejamento.

A principal contribuição deste artigo é colocar em diálogo duas teorias de mulheres negras, Katherine McKittrick e Beatriz Nascimento, para construir uma nova lente com a qual se possa articular realidades da vida negra que apontem para possibilidades de existência, para além do sofrimento, violência e morte. Essa articulação segue o objetivo de Beatriz Nascimento de construir uma continuidade histórica (Nascimento, 2021), que evidencia como a resistência negra organizada durante a escravidão conecta-se às formas contemporâneas de resistência. Mais abstrata do que termos emprestados da antropologia, como “sobrevivência” ou “resistência cultural”, a autora argumenta que a continuidade histórica descreve de forma mais apropriada a experiência negra de união ao longo de séculos de dominação e opressão. Isso reflete diretamente a pergunta norteadora de McKittrick em seu artigo que define o sentido negro de lugar ou *black sense of place*: “De que maneiras os precedentes históricos da violência antinegro nas Américas são espaciais e estão ligados à nossa organização geográfica presente?”¹ (McKittrick, 2011, p. 948). Essa prática de traçar padrões ao longo da história orienta este trabalho.

¹ Todas as traduções são de responsabilidade das autoras.

O artigo foca nos anos posteriores à Revolução Industrial e à Abolição nas Américas, período no qual o planejamento urbano se tornou um mecanismo para materializar ideais de progresso, traduzindo efetivamente os princípios centrais do capitalismo no espaço físico (Silva, 2020). As duas cidades do continente americano estudadas, Belo Horizonte e Chicago, são exemplos marcantes desse período, pois passaram por processos de planejamento que representaram a vanguarda arquitetônica modernista da época, materializada tanto em seus traçados ortogonais quanto nos projetos de arquitetos mundialmente renomados, como Oscar Niemeyer em Belo Horizonte e Mies van der Rohe em Chicago.

Embora este pudesse ser o ponto de partida da comparação, nosso objetivo é desorientar essa narrativa convencional sobre o desenvolvimento espacial dessas cidades (o primeiro tópico) revisitando o contexto histórico no qual as decisões iniciais de planejamento urbano estavam inseridas. A intenção é ir além desse tópico dominante e investigar o segundo e o terceiro tópicos, abrindo uma discussão sobre como o planejamento modernista, embasado nas relações capitalistas, em especial, na propriedade privada, estabeleceu a racialização do espaço, bem como os impactos dessas políticas afetaram e continuam afetando as dinâmicas socioespaciais em ambas as cidades, especificamente o sentido negro de lugar (McKittrick, 2011) e os processos de aquilombamento (Nascimento, 2021).

Os três tópicos se iniciam com a implementação do planejamento modernista em Belo Horizonte e Chicago, a primeira sendo em 1897 e a segunda em 1893. Iniciamos com o contexto em que ambas as cidades emergiram, pouco após a abolição da escravidão. Nos Estados Unidos, a abolição foi oficialmente

promulgada em 1865, e vinte e três anos depois o Brasil seguiu o mesmo caminho, extinguindo, ao menos oficialmente, as relações de cativo às quais a população negra estava forçada. Paralelamente a esse período histórico, os efeitos da Revolução Industrial e dos ideais iluministas, iniciados na segunda metade do século XVIII na Europa, influenciaram as decisões urbanas nas Américas (Nascimento, 2021). Belo Horizonte e Chicago surgiram a partir desses ideais republicanos, materializando as possibilidades que as vanguardas modernistas ofereciam para o futuro das cidades. Esses mesmos ideais foram forjados por meio da construção de um pensamento moderno (McKittrick, 2013; Bledsoe, 2015; Silva, 2022), no qual a existência social é validada por uma compreensão de humanidade centrada na branquitude europeia. Portanto, a cidade planejada moderna pode ser entendida como a materialização espacial desse referencial humano. Diante desse padrão social, levantamos uma provocação inicial: qual foi o papel da população negra nessas relações socioespaciais?

Para validar a lente analítica, mobilizamos Santos (2012), que argumenta ser possível supor que a base das mudanças urbanas durante o período moderno pós-abolição foi séculos de violência racial legitimada pelas relações escravistas que até então governavam as dinâmicas sociais, políticas e econômicas coloniais. Essa dualidade orienta o estudo, de um lado, o projeto de duas cidades planejadas para serem símbolos de uma nova era e, de outro, a indispensabilidade das relações racializadas na formação das espacialidades hegemônicas e subalternizadas.

Com base nessa dialética, este artigo busca discutir a relação entre a produção da segregação socioespacial racializada e a construção de cidades planejadas, de modo a analisar como relações

globais de expropriação e segregação (estabelecidas entre pessoas brancas e negras) sustentaram a emergência dessas novas espacialidades. Primeiro, descrevemos a fundamentação teórica do artigo, construindo um diálogo entre a teoria do sentido negro de lugar, de McKittrick, e a teoria quilombola de Beatriz Nascimento. Em seguida, partimos para a discussão dos três tópicos, iniciando com a descrição das práticas de planejamento urbano que fundamentaram o desenvolvimento de Chicago e Belo Horizonte (primeiro tópico); depois, discutimos como essas práticas resultaram em segregação racial nas duas cidades (segundo tópico); e, por fim, apresentamos dois casos de resistência espacial que fortalecem a construção de uma geografia negra crítica enraizada nas duas teorias abordadas (terceiro tópico). Esses estudos fazem parte das pesquisas das autoras e evidenciam empiricamente os argumentos apresentados. Concluímos com sugestões para estudos futuros, especialmente aqueles que relacionem os impactos desses processos às dinâmicas socioespaciais contemporâneas.

O artigo contribui para a literatura acadêmica ao comparar uma conexão raramente estudada entre os processos de expropriação racial espacializada e resistência em duas cidades planejadas do final do século XIX. O artigo examina a construção de Belo Horizonte e Chicago para revelar como as relações de poder podem ser compreendidas a partir de duas perspectivas aparentemente distintas que, no entanto, convergem para a mesma realidade sociopolítica e econômica: o aniquilamento de um sentido negro de lugar a serviço de interesses hegemônicos. Assim, essa análise se alinha à abordagem de Galés e Robinson (2024), ao se afastar da comparação urbana clássica e buscar enfatizar o impacto das relações globais nas dinâmicas urbanas. Revisitar o planejamento

urbano do final do século XIX pode ser uma forma de repensar como o conceito de globalização pode ser expandido para estabelecer uma trama permeável entre relações coloniais e contemporâneas.

Traçaremos percepções para a seguinte questão: como um estudo comparativo de locais de resistência, ou uma compreensão expandida de quilombo, no legado de duas cidades planejadas nas Américas contribui para o diálogo transnacional sobre o sentido negro de lugar? A compreensão de processos de aquilombamento urbano como formas de produzir espacialidades diante da expropriação, exclusão e segregação sancionadas pelo Estado em Chicago e Belo Horizonte pode gerar reflexões produtivas sobre a emergência de uma geografia da negritude enraizada na vida, e não no sofrimento (McKittrick, 2011).

Sentido negro de lugar e quilombo

O sentido negro de lugar é um conceito mobilizado por diversos estudiosos para discutir a natureza inter-relacionada entre negritude e geografia (Evans, 2025; Bledsoe e Cirqueira, 2023). Katherine McKittrick (2011) define-o como “o processo de situar material e imaginativamente as lutas históricas e contemporâneas contra práticas de dominação e os difíceis emaranhamentos do encontro racial” (p. 949). Ela continua: “o que ‘estrutura’ o sentido negro de lugar são os nós diaspóricos da colonialidade, da desumanização e da resistência” (p. 949). Seu texto acerca do tema é motivado pela preocupação de que as análises da violência racial estejam focadas por uma questão paradoxal com o corpo negro violado/sofredor e a negação da existência de um sentido negro de lugar.

Em resposta, McKittrick (2011) define que o sentido negro de lugar não pode ser definido apenas pela violência; pelo contrário, é a interconexão entre raça, lugar e violência que aponta para outras categorias que compõem esse sentido. A autora enfatiza a necessidade de revisitar processos históricos nos quais “nosso passado racial pode revelar uma história coletiva de encontros — uma inter-relação difícil — que promete uma análise ética da raça não baseada no sofrimento, mas na vida humana” (p. 948). A dificuldade dessa inter-relação se dá justamente na atuação das hegemonias, impedindo uma autodeterminação negra e implicando a essa existência a um local de subalternidade. Mas que também não consegue resumir esta existência, pelo contrário, a resistência a processos hegemônicos qualifica a negritude. McKittrick (2013) avança nessa possibilidade analítica ao afirmar que:

Essa presença urbana negra — a vida negra — revela um modo de ser humano que, embora muitas vezes excluído da história oficial, não é vítima nem completamente alienado da terra; em vez disso, redefine os termos de quem e o que somos vis-à-vis uma cosmogonia que, embora dolorosa, não busca habitar um lugar mais próximo do ‘mais apto’, mas sim honra nossas versões mutuamente constitutivas e relacionais de humanidade. (p. 12)

A possibilidade de enxergar a existência negra na produção de espacialidades urbanas, para além das violações, nos leva a trazer para esta análise experiências coletivas que possam apontar para a complexidade de um sentido negro de lugar e, conseqüentemente, sua presença como fissura aos processos hegemônicos. Maroons na Jamaica e Palenques colombianos são exemplos desses movimentos que atuaram desde o século XVI no Caribe e na América Latina, respectivamente (Nascimento, 2021). Assim como eles, os quilombos brasileiros são existências seculares de uma forma de organização

social que tensionam a produção do espaço. Analisar a conformação de um sentido negro de lugar a partir de uma lente quilombola, pode ser um caminho para complexificar o conceito e enxergar fissuras socioespaciais tanto em Belo Horizonte, quanto em Chicago.

Beatriz Nascimento (Nascimento, 2021) conceitua quilombo como um sistema social alternativo que permite à existência negra atuar de forma coletiva, para além dos processos hegemônicos que, no nosso caso, conformam os processos urbanos. Segundo a autora, a partir do século XIX o conceito de quilombo passa a operar no Brasil como um impulsionador ideológico que desempenha um “papel fundamental na consciência histórica dos negros” (p. 112). Essa consciência negra, bem como a influência de uma herança africana, estabelece uma coesão grupal e atua no cerne das comunidades como um mecanismo de afirmação racial e cultural (Nascimento, 2021). Além disso, o termo quilombo vem do quimbundo, língua de origem bantu angolana que significa união. A autora defende que a união realizada pelos processos quilombolas é oriunda dos apagamentos históricos promovidos pelas violências perpetradas continuamente contra o povo negro. É, portanto, uma possibilidade de vislumbre da continuidade histórica entre o passado, o presente e o futuro de gerações de negras e negros brasileiros. A partir desta união promovida pela atuação quilombola, é possível enxergar processos emancipatórios negros na produção do espaço.

Se o capitalismo estimula a individualidade, o quilombismo, termo cunhado por Abdias do Nascimento (Nascimento, A. 2019), propõe o coletivismo como um caminho para a emancipação negra. O quilombo, neste sentido, atua em prol da liberdade frente a um sistema interligado de dominação (hooks, 2022) que enclausura um

sentido negro de lugar. Esta liberdade pode ser compreendida como uma possibilidade de reorganização socioespacial.

A ideia de organização é fundamental na concepção de Beatriz Nascimento sobre quilombo. O quilombo é um tipo de organização social, com longa história de práticas culturais, econômicas e agrícolas. O núcleo da proposta teórica da autora é que, convencionalmente, os quilombos são definidos apenas como espaços de guerra, de fuga e de defesa. No entanto, ela demonstra que uma visão abrangente do quilombo é aquela que destaca os períodos de paz, uma estrutura que ilumina caminhos para formas alternativas de organização social, que rejeitam a sociedade branca, capitalista e colonial. Ela argumenta que o medo branco não é o medo do conflito armado, mas do quilombo em paz, onde relações sociais e econômicas eram mantidas dentro e fora dos territórios, onde as pessoas podiam exercer a liberdade. Ou seja, sua abordagem destaca esses espaços como construções alternativas de base comunitária, cujo caráter histórico e político aponta para uma continuidade espacial, o que segundo ela pode ser considerado uma ameaça às hegemonias (Ratts, 2007). Assim, o quilombo deve ser compreendido tanto como uma resposta à violência da escravidão quanto como um espaço que encarna alternativas para a organização das pessoas negras.

Além disso, a autora amplia o conceito de quilombo para o próprio corpo negro – um território existencial que atua como fissuras ou linhas de fuga em um processo enrijecido, seja ele colonial ou moderno (Nascimento, 2021). Essa ampliação sustenta ambas as definições e ao mesmo tempo está ligada ao núcleo da teoria de McKittrick porque a incorpora.

A partir dessa construção teórica, podemos identificar fissuras socioespaciais por meio de processos de aquilombamento, ou

seja, a formação de espaços de base comunitária, no passado quilombos e na contemporaneidade se amplia para outros espaços de socialização negra, sendo utilizado no sentido metafórico para espaços de continuidade, com sentido de agrupamento, coletividade e liberdade negra. Assim, partimos do pressuposto de que, à medida que Belo Horizonte e Chicago desenham espaços urbanos que impossibilitam a atuação social negra, a resistência a essas relações também atua nas brechas do planejamento.

Nas seções seguintes, passaremos pelos três tópicos propostos no início do artigo, sendo em primeiro lugar, a história do planejamento urbano que criou as condições históricas e contemporâneas enfrentadas pelas comunidades negras, para então seguir para dois estudos de caso sobre produção de aquilombamentos como afirmação do sentido negro de lugar.

Primeiro tópico: a cidade planejada como símbolo dos ideais modernos

O ano que marca o início da conexão entre Chicago e Belo Horizonte, para os propósitos deste artigo, é 1893 — ano em que as elites do estado brasileiro de Minas Gerais começaram a elaborar planos para construir uma nova capital. Elas objetivavam romper com o passado colonial, representado pela então capital Ouro Preto, um entreposto português erguido ao longo de uma rota de mineração, encravado nas colinas. A cidade era um imbróglgio espacial, tanto literal quanto figurativamente, onde sua morfologia urbana colonial (Vieira, 2016, p. 16) moldava uma paisagem marcada por um passado escravocrata. Todas as estradas que levavam a Ouro Preto terminavam em um pequeno conjunto de ruas de paralelepípedos, quadras apertadas e uma política colonial. De olho no futuro, as elites mineiras queriam projetar seu estado para o século XX como

um “empório comercial, centro industrial e santuário intelectual” (Congresso, p. 88). Após anos de debate político, foi escolhido um vale no centro do estado, o antigo arraial Curral Del Rey, como local da nova capital. Com os recursos financeiros garantidos e a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) criada como órgão decisório, os proponentes começaram a buscar um modelo de cidade a seguir.

No final do século XIX, a cerca de 8.000 km ao norte, Chicago era uma das metrópoles de crescimento mais rápido do mundo. Sua localização estratégica, às margens do Lago Michigan, uma das maiores reservas de água doce do planeta, e na fronteira da expansão para o oeste dos Estados Unidos, a tornava uma porta de entrada para o futuro. Era a segunda maior cidade do país, impulsionada por uma onda de migrantes que abasteciam suas fábricas, matadouros, armazéns frigoríficos, siderúrgicas e fábricas de cimento. A Bolsa de Mercadorias de Chicago introduziu diversos instrumentos para incentivar esse crescimento, especialmente em um novo traçado urbano reticulado, resultado dos esforços de reconstrução após o grande incêndio de 1871, que estabeleceu as bases para uma robusta economia imobiliária (Cronon, 1991). Esses fatores fizeram de Chicago o coração do maior entroncamento ferroviário entre as costas leste e oeste da América do Norte, conectando regiões rurais distantes e atraindo milhões de imigrantes da Europa e da Ásia, bem como pessoas negras libertas que fugiam da violência racial, das Leis de Jim Crow e da falta de oportunidades no Sul dos EUA. Rapidamente, a cidade tornou-se símbolo de progresso, inovação e o coração do capitalismo do final do século XIX.

A fama global de Chicago cresceu ainda mais com a realização da Exposição Mundial Colombiana em 1893. A cidade aproveitou a oportunidade para sediar uma exibição suntuosa das mais recentes

tecnologias e estilos arquitetônicos do mundo. Organizada sob um rígido arranjo arquitetônico neoclássico, projetado pelo aspirante a urbanista Daniel Burnham, a feira exportou ao mundo a imagem de Chicago como próspera, resiliente e progressista. O historiador William Cronon escreveu que “[os moradores de Chicago] sugeriam que sua própria cidade era o cumprimento de um destino que Colombo havia iniciado muito tempo atrás” (1991, p. 341), e que “a Exposição Colombiana representava um lembrete extremamente autoconfiante de que o século XIX era, afinal, a maior era de progresso civilizado que o mundo já havia presenciado” (ibid, p. 342). O mundo tomou nota — especialmente as elites brasileiras.

Assim, ao projetar Belo Horizonte, a nova capital mineira, a CCNC seguiu os planos convencionais, adotando padrões de desenho urbano de Paris (desenhada pelo Barão Haussmann em 1860) e de Washington, D.C. (desenhada por Charles L’Enfant em 1790) como símbolos de progresso, controle e riqueza. O planejamento urbano era marcado pela presença de ruas em ângulo reto, sobrepostas por grandes avenidas diagonais processionais que conduziam a locais estratégicos, incluindo edifícios governamentais e monumentos (Adelman, 1974, p. 53). Chicago era a manifestação contemporânea dos ideais incorporados por essas cidades mais antigas — uma espécie de irmã mais nova e mais relevante. A cidade transplantou o desenho ortogonal para o contexto geográfico do Meio-Oeste americano e integrou novos sistemas de capital industrial; uma vasta rede ferroviária e estruturas políticas que garantiam a manutenção do poder nas mãos da elite industrial. Chicago representava a adoção dos ideais do fim do século XIX em um contexto geográfico e político no qual os mineiros se identificavam mais facilmente do que com os predecessores parisienses e norte-americano. Como escreve Saba,

“Chicago, mais do que qualquer outra cidade americana, deslumbrava os observadores brasileiros” (2021, p. 211). Aproveitando esse momento de oportunidade modernista, as elites mineiras sonhavam com uma cidade digna de figurar entre as grandes e se inspiraram em Chicago para projetá-la como tal.

Segundo tópico: cidade planejada como cidade segregada

Os paralelos entre Chicago e Belo Horizonte, neste segundo tópico, demonstram como os projetos de construção de cidades no final do século XIX, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, produziram cidades segregadas. Em ambos os casos, novas condições políticas começaram a emergir em meio a grandes transformações sociais decorrentes da abolição da escravidão, que havia ocorrido pouco tempo antes. O Brasil, último país das Américas a aboli-la, libertou 700 mil pessoas negras em 1888, duas décadas após o fim da Guerra Civil nos Estados Unidos em 1865 e uma década após o fim do período da Reconstrução americana em 1877. Esse momento histórico, tanto nos EUA quanto no Brasil, revelou um enorme potencial para reestruturar os sistemas econômicos e sociais com o fim do regime escravocrata.

A abolição da escravidão no Brasil objetivava transitar o país para o trabalho livre e assim impulsionar o desenvolvimento capitalista, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Roberto Saba investiga esse período em seu livro *American Mirror* (2021), onde observa com precisão que “nenhuma dessas duas sociedades foi pega de surpresa. Ao contrário, à medida que a escravidão se desfazia no hemisfério ocidental, americanos e brasileiros se uniram para estimular e dirigir essa transformação” (p. 2). Ele continua: “Para esses reformadores, o antiescravismo não era uma cruzada

romântica para libertar uma raça oprimida; era, antes, um projeto modernizador que construiria Estados-nação fortes e economias capitalistas prósperas” (2021, p. 3). Em ambos os países, os instrumentos da propriedade privada e do trabalho livre foram usados para codificar a segregação racial em nome do progresso capitalista.

Fica evidente, portanto, por que, no Brasil, e também nos EUA, a proclamação da república em 1889 foi marcada pela abolição da escravidão, que pouco alterou a realidade da população negra. Minas Gerais, cujo nome deriva literalmente de “minas gerais”, foi colonizada pelos portugueses após uma corrida do ouro na década de 1690 e construída majoritariamente por africanos escravizados. Assim, os cenários econômico e físico estavam profundamente entrelaçados com a escravidão. No momento em que se construíam novas narrativas pós-escravidão para Minas Gerais, os líderes locais promoveram políticas que incentivavam o progresso econômico por meio da mineração e da agricultura. No entanto, como escreve Pereira:

[...] a “modernização mineira” proposta pelos liberais locais guardava a particularidade de não romper por completo com a tradição colonial – portanto, tampouco rompia com os valores políticos e ideológicos que sustentavam a dinâmica da sociedade de base escravista. (2019, p. 22).

O plano moderno de Belo Horizonte foi idealizado para “suplantar o passado colonial – não necessariamente o passado escravocrata – do Estado, a fim de construir um futuro republicano” (McDonald, 2019, p. 2). Em outras palavras, a cidade planejada simbolizaria a nova república, impregnada por ideais políticos,

econômicos e sociais, conduzidos por uma elite branca advinda de uma sociedade escravocrata.

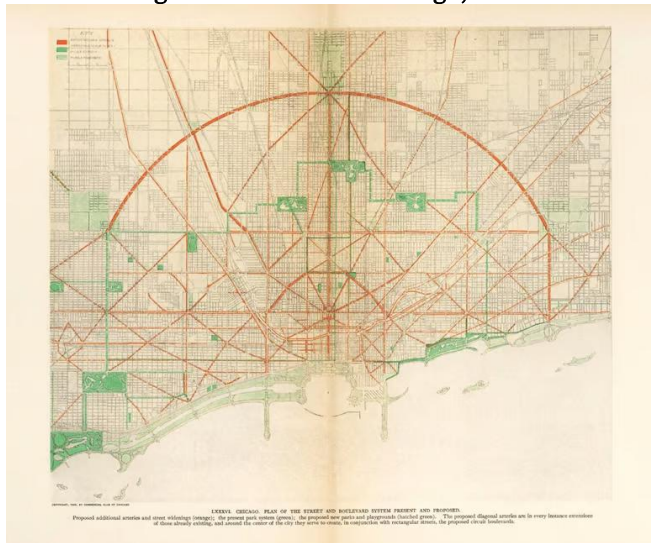
Se a escravização estabeleceu uma existência negra vinculada à expropriação, segregação e violência, uma mesma elite, que fundou sua herança na escravidão, não abriria mão de seus privilégios e daria uma guinada nas relações sociais. Ao contrário, a cidade planejada materializou um pacto novo e, ao mesmo tempo, antigo (Bento, 2022), *o pacto da branquitude*, que colocava a existência negra como “âncora ontológica do projeto de mundo moderno” (Bledsoe, 2015, p. 328).

Como esse novo pacto se materializou em Chicago e Belo Horizonte para perpetuar a expropriação racial? O planejamento urbano no final do século XIX e início do século XX nas Américas foi moldado pelas condições sociais, econômicas e políticas mais amplas da época. Compreender a conexão entre as tendências de planejamento urbano implementadas em Chicago e Belo Horizonte revela como a emergência da propriedade privada, projetada para ser modelo de inovação capitalista moderna que reforçou a segregação racial durante a transição de sociedades coloniais para economias industrializadas e orientadas pelo mercado. Isso responde ao chamado de McKittrick (2011) para estudar os “difíceis encontros da experiência racial” (p. 949). Os laços históricos entre Chicago e Belo Horizonte estão profundamente enraizados em processos semelhantes de planejamento urbanístico modernista que reforçaram a segregação racial e produziram diferentes sentidos negros de lugar.

As imagens abaixo retratam os planos urbanísticos de Chicago e Belo Horizonte. A análise dessas imagens nos leva a perguntar: onde as pessoas negras estariam localizadas nessas

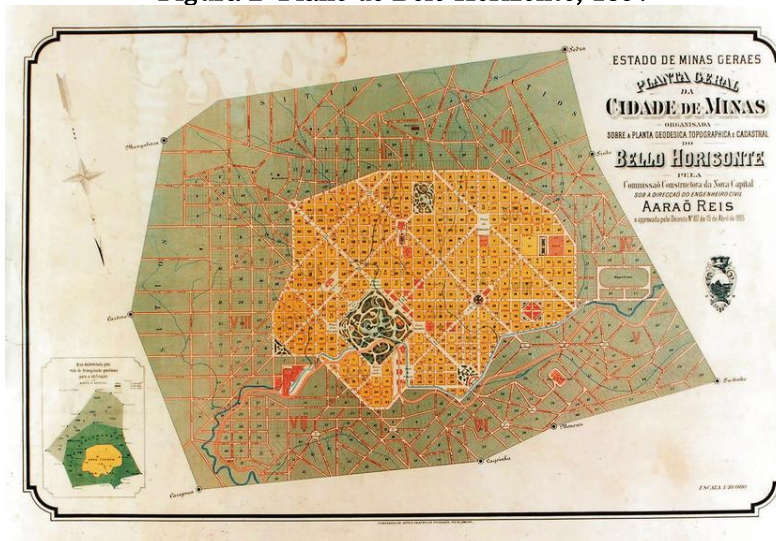
cartografias, dentro ou fora da malha urbana? A análise não pretende afirmar que a população negra estaria sempre fora da malha, mas que o planejamento está implicado em processos hegemônicos que fomentam a segregação. Nesse sentido, o projeto urbano estabelece quem está incluído e quem está excluído das dinâmicas das novas urbes. Em outras palavras, ele age como uma nova ferramenta de colonização espacial, delineando quem está “com” ou dentro, aqueles que desfrutam da condição ontológica de liberdade, (McKittrick, 2011, p. 950) e quem está “sem” ou fora, mantendo, assim, a objetificação de seus corpos. Dito isso, os mapas abaixo exemplificam como a malha urbana, implementada nos processos de planejamento urbano, foi usada como mecanismo de controle do espaço, com o objetivo de segregar a população negra. “Fora” não significa necessariamente fora da parte planejada, mas sim excluída do uso e da apropriação livre do espaço. Como descrito com mais detalhe a seguir, em Chicago, a população negra foi rebaixada para uma zona da cidade dentro da malha urbana, enquanto em Belo Horizonte, a população negra foi sendo expulsa para regiões “fora” do centro planejado. O ponto é que enquanto a localização física em relação ao planejamento formal varia entre os dois casos, esse planejamento vem das mesmas raízes e tem os mesmos resultados: a bruta segregação e exclusão da população negra.

Figura 1: Plano de Chicago, 1909.



Fonte: Chicago Architecture Center

Figura 2: Plano de Belo Horizonte, 1917



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Para descrever essas práticas de segregação na cidade planejada moderna, utilizaremos o conceito de *urbicídio*, de McKittrick. Ela define o urbicídio como “a morte deliberada da cidade e a aniquilação intencional do lugar” (2011, p. 951) e essa lente

possibilita a análise de lugares de “deterioração ambiental, social e infraestrutural e vigilância geográfica que demarcam muitas geografias negras e seus habitantes” (p. 951). A partir dessa concepção, é possível compreender a cidade planejada como a impossibilidade da existência negra que está implicada na delimitação de espaços racializados. Sendo assim, o urbicídio pode ser entendido como uma estratégia de planejamento urbano para atuar violentamente contra o sentido negro de lugar.

A primeira dessas práticas chamamos de apagamento da existência negra (McKittrick, 2011). No caso de Belo Horizonte, aproximadamente 70% da população que vivia no antigo arraial do Curral Del Rey, era negra (Pereira, 2019; Silva, 2020). Para a construção da nova capital mineira houve expulsões e remoções de comunidades negras cujos processos têm sido desvelados por meio de pesquisas historiográficas (Pereira, 2019; Silva, 2020; Musa, 2022; Dias 2023), que apontam para a violência perpetrada pelo Estado a fim de remover a existência negra durante a construção da cidade.

Em Chicago, um processo paralelo de urbicídio foi implementado sob a forma de renovação urbana — uma série de programas de remoção de favelas patrocinados pelo Estado, que se estenderam do final do século XIX até meados do século XX e, possivelmente, até os dias atuais. Esses projetos tinham como objetivo “proteger o valor dos centros comerciais e das bases de arrecadação tributária, ao mesmo tempo que ofereciam estruturas mais modernas” (Chicago Public Library, 2022). No entanto, muitas vezes resultavam em deslocamento em massa da população negra, já que projetos de infraestrutura e habitação destruíam bairros inteiros, conforme consta nos dados levantados entre 1950 e 1966 pela Digital Scholarship Lab. Um reitor da Universidade de Chicago

chegou a afirmar que os projetos de renovação urbana seriam uma forma de “reduzir o número de negros” (Hirsch, p. 153). Em um nível nacional, embora as pessoas negras representassem apenas 13% da população total em 1960, elas compunham 55% das pessoas deslocadas. O autor James Baldwin resumiu essa prática com a frase: “*urban renewal is negro removal*” (renovação urbana é remoção negra).

Essas são formas de aplicar a ideia de práticas urbicidas (McKittrick, 2011), que atuam “por meio da destruição de comunidades negras específicas, casas, edifícios e locais sagrados” (p. 952). Mesmo sendo lugares distintos, esses processos urbanos “andam de mãos dadas com o imperialismo, a violência e o terror econômico, racial e étnico, ao mesmo tempo que dependem das especificidades: escala, região, economia, lugar e de como cada força destrutiva é executada, tudo importa” (p. 952).

A segunda estratégia de codificação da segregação racial pode ser entendida como processos de delimitação espacial. O surgimento da cidade planejada no final do século XIX e seu desenvolvimento no início do século XX estabeleceu sistematicamente a posição dos corpos negros, tanto em espaços segregados quanto inseridos na cidade “oficial” ou “formal” como força de trabalho, mantendo relações de subordinação herdadas da escravidão. Essas relações podem ser identificadas pelas ferramentas de planejamento implementadas no período. Bustamante (2023) analisa essas ações em Belo Horizonte, aplicando uma lente racial aos estudos urbanos para revelar como a racialidade explica decisões políticas. Um exemplo é a criação do bairro Concórdia.

No ano de 1902, decretos municipais foram publicados (Lima, 2009) para incentivar a densificação das áreas centrais da cidade por

trabalhadores que atenderiam às demandas da elite da época. Essa região, chamada de 8ª seção urbana, foi ocupada por uma população proletária, da qual se extraía a força de trabalho num processo de expropriação de mão de obra. É possível supor quem eram as pessoas que ocupavam essa seção urbana. Já no ano de 1928, novos decretos foram emitidos (Lima, 2009) autorizando a remoção da população que havia se estabelecido ali por alguns anos, realocando-a para áreas pericentrais da cidade, nesse caso, para a Villa Operária Concórdia, a aproximadamente um quilômetro da malha urbana. Essas ações foram motivadas pela pressão econômica da especulação imobiliária, que exigia áreas centrais na cidade em rápida expansão. Estava sendo implementada uma nova forma de gestão dos corpos negros. Se antes sua força de trabalho era explorada, agora seus corpos e casas eram considerados indesejáveis e removidos da paisagem urbana. Essas ações estão alinhadas com políticas higienistas que fundamentaram decisões em várias partes do país (Farias Filho & Alvim, 2022). As políticas urbanas descritas demonstram como a violação de um sentido negro de lugar está atrelada a uma “economia política dos corpos” (Mbembe, 2021, p. 16), na qual a existência negra é direcionada para servir às demandas hegemônicas.

Em Chicago, observamos uma dinâmica semelhante no processo de *redlining* (linha vermelha). Em resposta ao declínio da propriedade residencial durante a Grande Depressão no final da década de 1920, o Ato Nacional de Habitação (National Housing Act) de 1934 criou a Iniciativa Federal de Habitação (Federal Housing Initiative - FHA). A FHA implementou uma série de programas para impulsionar a compra da casa própria, especificamente de casas unifamiliares. A agência afiliada da FHA, a Corporação de

Empréstimos para Proprietários de Imóveis (Home Owners' Loan Corporation - HOLC), criou uma série de mapas para codificar valores imobiliários com base em categorias raciais, classificando europeus brancos como mais desejáveis e de menor risco, e “negros e mexicanos” como menos desejáveis e de maior risco. Esses mapas eram usados por bancos para determinar onde conceder empréstimos para compra de imóveis, um processo chamado *redlining*. Essa foi uma ferramenta que reforçou a segregação racial numa época em que isso ainda era legalmente permitido. O *redlining* foi oficialmente proibido pelo Ato dos Direitos Civis de 1968, mas diversos estudos mostram que ele continuou depois dessa data e que a discriminação residencial com base em raça persiste em Chicago (Lutton, Fan & Loury, 2020).

A prática de *redlining* é exemplificada pelo bairro de North Lawndale, na zona oeste de Chicago. O bairro era predominantemente judeu, com 65 mil judeus em 1946 (Cutler, 1996). No entanto, com a prática de *redlining*, que incentivava o fenômeno da *white flight* (fuga branca), ou seja, a migração de brancos para os subúrbios estimulada por financiamentos da HOLC, fez com que em 1960 91% dos residentes de North Lawndale fossem negros.

A comparação desses dois processos ilumina o corpo negro violado, sujeito à expropriação patrocinada pelo Estado. No entanto, seguindo Beatriz Nascimento e McKittrick, a intenção deste artigo não é estagnar nessa conclusão, mas avançar a discussão sobre processos de aquilombamento e o sentido negro de lugar como reivindicações negras libertadoras sobre o espaço, que iluminam histórias coletivas de sistemas sociais alternativos promovendo a vida para além do sofrimento. Esse é o terceiro tópico.

Terceiro tópico: aquilombando a cidade planejada moderna

O capítulo final deste artigo compara processos de aquilombamento, ou conforme apresentado anteriormente a formação de espaços de continuidade, com sentido de agrupamento, continuidade e liberdade negra, em Belo Horizonte e Chicago a fim de avançar na articulação de perspectivas alternativas acerca de vidas negras nos espaços urbanos.

Primeiramente, o bairro Concórdia, que surgiu em Belo Horizonte na segunda década do século XX e foi citado anteriormente, é atualmente considerado uma "Pequena África" ou um "Quilombaço" da cidade. As dinâmicas urbanas relacionadas ao seu surgimento ajudam a explicar como a resistência às hegemonias pode operar como outra forma de conformar um sentido negro de lugar, atuando a partir de processos de aquilombamento e, assim, apontando para formas de existência negra na cidade. De forma semelhante, a negritude enraizada na ancestralidade africana influencia decisões individuais e coletivas (Portilho, 2021) e possibilita que um sentido negro de lugar seja compreendido para além dos processos hegemônicos.

Retomando o argumento de Belo Horizonte, a população removida da 8ª seção urbana, localizada na área central da cidade, foi reassentada na Villa Operária Concórdia, hoje conhecida como bairro Concórdia, que se situa em região pericentral da cidade. O bairro, também conhecido como "Pequena África", inspirado na Pequena África do Rio de Janeiro, foi dado por moradoras, moradores e frequentadores locais (Bustamante, 2023), e refere-se à significativa presença de espaços de práticas espirituais e culturais de matriz africana, como terreiros de Umbanda e Candomblé, além de manifestações realizadas nas ruas e praças do bairro. Bustamante

(2023) mapeia esses espaços e exemplifica a presença africana por meio da análise de três vivências: as práticas realizadas na Praça Gabriel Passos; o papel *afrobetizador* do Bloco Afro Magia Negra que desfila no bairro durante o carnaval; e a liderança de Isabel Casemira, Rainha Conga, que atua junto à comunidade no Reinado Treze de Maio da Guarda de Congo e Moçambique. Essas existências demonstram que, apesar dos processos de expropriação e segregação que atuaram sobre vidas negras, a população negra se reterritorializou por meio de sua herança africana, afirmando um sentido negro de lugar que transcende as imposições hegemônicas presentes nas políticas urbanas.

Em Chicago, aplicamos o termo de aquilombamento como um movimento coletivo de resistência à hegemonia e afirmação de um sentido negro de lugar, com o intuito de articular narrativas alternativas sobre o espaço negro — especificamente olhando para o bairro de North Lawndale, na zona oeste da cidade. Em 1966, diante das crescentes tensões raciais causadas pela discriminação no emprego, na educação e no acesso a serviços básicos, Dr. Martin Luther King Jr. decidiu estabelecer em North Lawndale a base para o movimento pelos direitos civis no norte do país (Ralph, 1993), com foco especial na discriminação habitacional. Esse gesto simbólico fortaleceu o impulso que levaria o Partido dos Panteras Negras a instalar sua sede em Chicago, nesse mesmo bairro, em 1968. Enraizados numa crítica local e classista da economia política americana, os Panteras Negras formaram uma relação única entre diferentes grupos raciais, criando uma coalizão entre latinos, brancos e negros, chamada de “Coalizão Arco-Íris”. Esses grupos progressistas e socialistas ofereceram muitos serviços para combater as práticas discriminatórias da cidade em relação à moradia, criando

a base para ideias radicais e ações de desobediência civil em Chicago (Serrato, 2019).

No entanto, devido à sua política revolucionária, os Panteras Negras foram severamente perseguidos tanto pelo governo federal quanto pela polícia local de Chicago, resultando no assassinato de um de seus líderes mais proeminentes, Fred Hampton, em North Lawndale. Esse assassinato foi um entre vários que tiveram como alvo líderes do partido em todo o país. Posteriormente, provou-se que uma das motivações por trás do crime foi o receio de que Hampton “desejava uma revolução para substituir a economia capitalista por uma economia socialista, já que [...] os EUA jamais poderiam cumprir seus ideais como uma democracia sob uma economia capitalista” (Williams, p. 81). A profunda mudança estrutural defendida pelos Panteras Negras, guiada por ideais de solidariedade racial e de classe, colocando a humanidade acima do capital, representava uma ameaça significativa ao status quo hegemônico.

Em julho de 2025, a cidade instalou uma placa, que foi a primeira de doze que comporão a Trilha do Patrimônio do Partido dos Panteras Negras, no local da antiga sede do partido. Durante a cerimônia de inauguração, o vereador local afirmou:

Não vamos branquear essa história. O FBI declarou guerra contra eles não porque eram violentos, mas porque eram eficazes em construir poder entre os despossuídos. [...] Que esta placa lembre a cada transeunte: Eles não eram apenas sonhadores; eram realizadores. (Thrush, 2025).

Essa fala dialoga com a reflexão de Beatriz Nascimento, apresentada anteriormente, acerca dos quilombos como espaços de paz e liberdade, reforçando uma narrativa que contraria a visão comum dos quilombos apenas como reações à opressão racial. Assim,

ao aplicarmos esse termo brasileiro, podemos perceber que a construção de espaços negros promovida pelo Movimento dos Panteras Negras é uma forma de *aquilombamento*, pois oferecia outras estruturas de existência que valorizavam a coesão grupal e a afirmação racial e cultural, conforme discutido pela autora (Nascimento, 2021).

Articular esse caso de aquilombamento em Chicago também amplia o conceito de *continuidade histórica* de Beatriz Nascimento para uma noção não apenas histórica, mas também geográfica. A autora identifica uma continuidade espacial semelhante em sua análise empírica de quilombos em Minas Gerais, ao escrever:

Uma das hipóteses de nosso projeto diz, explicitamente, que as áreas onde no passado se localizavam “quilombos” implicam uma continuidade espacial com o presente, preservando ou atraindo populações negras no século XX (p. 151).

Os paralelos entre o sentido negro de lugar como resistência à violência racial e, simultaneamente, como existência negra, alegria e produção espacial e os processos de aquilombamento como manifestações dessa estrutura, são visíveis em duas geografias distintas nas Américas. A abstração desses termos nos permite enxergar como eles são contínuos ao longo dos continentes, intrinsecamente tecidos a partir de uma origem comum.

O diálogo entre os dois casos apresenta um conceito de quilombo que vai além da consciência política, abraçando uma existência ancestral africana. Como podemos criar essa troca de existências contra hegemônicas? De um lado, em Chicago, vemos a emergência do ativismo político. De outro, em Belo Horizonte, identificamos como o conhecimento diaspórico se materializa em

expressões culturais de matriz africana. Nesse sentido, reconhecemos uma complementaridade entre os processos dos Estados Unidos e do Brasil. Reunir essas histórias fortalece nossa conexão enquanto irmãos e irmãs em diáspora e abre possibilidades de troca, solidariedade e resistência contra as forças hegemônicas — apesar das diferenças sociais, políticas e econômicas nas quais estamos inseridos.

Figura 3: Apresentação do Bloco Afro Magia Negra durante o carnaval no bairro da Concórdia.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 4: Ex-líderes dos Panteras Negras inauguram uma placa na sede, agora demolida, da filial de Illinois do Partido dos Panteras Negras.



Fonte: Block Club Chicago (Thrush, 2025)

Considerações finais

Para concluir, retomamos aos três tópicos propostos no início do artigo: o primeiro relacionado à narrativa convencional de Chicago e Belo Horizonte como símbolos do progresso moderno; o segundo, da segregação racial e da anti-negritude como fundantes da produção política e espacial dessas cidades capitalistas surgidas após processos de reestruturação pós-abolicionista; e o terceiro, das instâncias de resistência negra a essas estruturas, manifestadas em expressões culturais e políticas em Belo Horizonte e Chicago. A lente que utilizamos para entrelaçar esses três tópicos é o diálogo entre o sentido negro de lugar de McKittrick e os estudos acerca dos quilombos brasileiros de Beatriz Nascimento, com o objetivo de demonstrar as vastas conexões históricas e geográficas existentes na diáspora africana. Demonstramos que uma leitura crítica das histórias paralelas da produção espacial negra nas Américas ilumina um caminho para reler a cidade contemporânea e identificar saídas

e possibilidades para além das condições atuais de expropriação urbana, violência racial e de classe, e ameaças contínuas à liberdade.

Essa lente pode ser expandida para a realização de um mapeamento mais amplo dos processos de aquilombamento em locais da diáspora africana, dentro e fora do Brasil. Apresentamos a discussão acerca de espaços afrodiaspóricos como Maroons e Palenques que atuam em outras partes das Américas; no entanto, a contribuição deste artigo é argumentar que esses entendimentos de alternativas socioespaciais enraizadas na negritude emergem de formas específicas quando nascem no contexto de cidades modernistas planejadas. O objetivo não é esgotar as possibilidades de identificação de sistemas sociais alternativos em ambas as cidades, mas oferecer uma lente que desvele uma agenda de pesquisa mais ampla.

Análises aprofundadas da natureza interseccional desses mapeamentos também são necessárias, visto que quilombos e espaços de ativismo político negro ainda são atravessados por dinâmicas de raça, gênero e classe (Nascimento, 2021). Além disso, estudos futuros podem se debruçar sobre a investigação de espaços que hoje abrigam atividades contemporâneas conectadas a instâncias quilombolas ao longo da história.

Este artigo contribui para a literatura acadêmica sobre um sentido negro de lugar ao comparar uma conexão raramente estudada entre os processos de expropriação racial espacializada e de resistência em duas cidades planejadas do final do século XIX — Chicago e Belo Horizonte. A proposta que apresentamos é a seguinte: o que um estudo comparativo da identidade racial enraizada no território, considerando o legado de duas cidades planejadas nas Américas, pode contribuir para a conversa transcontinental sobre

um sentido negro de lugar? Propomos que, ao comparar o processo de como esse sentido emerge como processo de aquilombamento na esteira de uma expropriação espacial, exclusão e segregação sancionadas pelo Estado nas duas cidades, também podem surgir reflexões produtivas acerca de uma geografia da negritude enraizada na vida e não no sofrimento.

Referências

ADELMAN, Jeffrey. *Urban Planning and Reality in Republican Brazil: Belo Horizonte, 1890-1930*. Tese (Doutorado). Indiana University, Bloomington, 1974.

BENTO, Cida. 2022. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.

BLEDSOE, Adam. 2015. The negation and reassertion of Black geographies in Brazil. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, 14(1), pp.324–343.

BLEDSOE, Adam; CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Reflexões metodológicas sobre as Black Geographies nos Estados Unidos. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 19, n. 38, 2023. DOI: 10.5418/ra2023.v19i38.15748. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/15748>. Acesso em: 17 jan. 2026.

BUSTAMANTE, Cynthia Bráulio Alvim. *Ambivalências urbanas: o protagonismo da população negra em Belo Horizonte - Matripotência, ancestralidade e reparação*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte, 2023.

CHICAGO PUBLIC LIBRARY, *Department of Urban Renewal Records*. Public Library. Disponível em: <https://www.chipublic.org/fachicago-department-of-urban-renewal-records/>. Acesso em: 8 out. 2025.

CHICAGO ARCHITECTURE CENTER, *1909 Plan of Chicago*. Chicago: Chicago Architecture Center, 2025. Disponível em:

<https://www.architecture.org/online-resources/architecture-encyclopedia/1909-plan-of-chicago>. Acesso em: 8 out. 2025.

CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York and London: W. W. Norton & Company, 1991.

CUTLER, Irving. *Jews of Chicago: From Shtetl to Suburb*. University of Illinois Press, 1996.

DIAS, Daniel Henrique de Menezes. 2023. Do Curral Del Rey à Belo Horizonte: resgate imagético da experiência negra na cidade. *Revista Nanduty*, 11(18), pp.179–203.

DIGITAL SCHOLARSHIP LAB. *Renewing Inequality, American Panorama*, ed. Robert K. Nelson and Edward L. Ayers. Disponível em: <https://dsl.richmond.edu/panorama/renewal/>. Acesso em: 8 out. 2025.

EVANS, Shani Adia. *We Belong Here: Gentrification, White Spacemaking, and a Black Sense of Place*. Chicago: The University of Chicago Press, 2025.

FARIAS FILHO, José Almir; ALVIM, Angélica Tanus Benatti. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [s. l.], v. 14, e20220050, 2022.

HIRSCH, A. R.; CONNOLLY, N. D. B. *Making the second ghetto: race and housing in Chicago, 1940–1960*. Chicago: University of Chicago Press, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: panorama de Belo Horizonte. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>.

JONES, G.; RODGERS, D. Beyond the city limits: Comparison, Global Urbanism and the Chicago School of Sociology. In: ROBINSON, J. and LE GÁLES, P. (Org.) *The Routledge Handbook of Comparative Global Urban Studies*. London: Routledge, 2024.

LE GALÉS, Patrick; ROBINSON, Jennifer. Comparative Global Urban Studies in the Making: Welcome to the World of Imperfect and Innovative Urban Comparisons. In: ROBINSON, J. and LE

GÁLES, P. (Org.) *The Routledge Handbook of Comparative Global Urban Studies*. London: Routledge, 2024.

LIMA, Junia Maria Ferrari de. *Bairro Concórdia em Belo Horizonte: entrave ou oportunidade à cidade-negócio?* 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LUTTON, L.; FAN, A.; LOURY, A. *Where banks don't lend*. WBEZ91.5, Chicago. June 3, 2020. Disponível em: <https://interactive.wbez.org/2020/banking/disparity>. Acesso em: 8 out. 2025.

MACHADO, Ana Luisa Maffini. *Indicadores de Segregação*. In: ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal (RN). Anais do XVIII ENANPUR, 2019.

MALOUTAS, Thomas. Segregation studies: Overriding context through implicit comparison. In: *The Routledge Handbook of Comparative Global Urban Studies*. London: Routledge. 2024.

MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MCDONALD, Daniel. *The Origins of Informality in a Brazilian Planned City: Belo Horizonte, 1889–1900*. Providence: Journal of Urban History, 2019.

MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. *Social & Cultural Geography*. 12(8), pp. 947–963, 2011.

MCKITTRICK, Katherine. 2013. Plantation futures. *Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism*, 17(3[42]), pp.1–15.

MINAS GERAES. Congresso Constituinte (1891). *Annaes do Congresso Constituinte do Estado de Minas Geraes 1891*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1896. 530 p.

MUSA, Priscila Mesquita. *Quem vê cara não vê ancestralidade: arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte*. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Org. Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PEREIRA, Josimeire Alves. *Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

PORTILHO, Kaká. Um matriarcado amerinafricano no Brasil. In: ALVES, Míriam Cristiane; SILVA, Ana Paula Melo da; DIAS, Raquel Silveira Rita; LAMPAZZI, Priscilla Pinheiro; PORTILHO, Kaká (org.). *Matripotência e mulheres olùsô: memória ancestral e a enunciação de novos imaginários*. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2021.

RALPH, J. *Northern Protest: Martin Luther King, Jr., Chicago, and the Civil Rights Movement*. Harvard University Press, 1993.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

SABA, Roberto. *American mirror: the United States and Brazil in the age of emancipation*. Princeton: Princeton University Press, 2021.

SANTOS, Renato Emerson. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson (org.). *Questões urbanas e racismo*. Brasília: ABPN, 2012. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

SERRATO, J. Fifty Years of Fred Hampton's Rainbow Coalition. South Side Weekly. Disponível em: <https://southsideweekly.com/fifty-years-fred-hampton-rainbow-coalition-young-lords-black-panthers/>. Acesso em: 8 out. 2025.

SILVA, Denise Ferreira da. *Homo Modernus: Para uma ideia global de raça*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SILVA, Lisandra Mara. 2020. Lei e discriminação na produção da cidade segregada. *Revista da ABPN*, 12(34), pp.463–488.

SIMONE, AbdouMaliq. The ends of comparison – calculative logics and racial hauntings. In: ROBINSON, J.; LE GALÉS, P. (org.). *The Routledge Handbook of Comparative Global Urban Studies*. London: Routledge, 2024.

THRUSH, C. Chicago Black Panther Party Headquarters Site Honored With Plaque: “They Were Doers”. Block Club Chicago. Disponível em: <https://blockclubchicago.org/2025/07/28/site-of-chicago-black-panther-party-headquarters-honored-with-plaque-they-were-doers/>. Acesso em: 8 out. 2025.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. Quick Facts: Chicago city, Illinois. Suitland, MD:: US Census, 2024. Disponível em: <https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/chicagocityillinois/PST045224>

VIEIRA, Liliane de Castro. *O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto*. 2016. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Recebido para publicação em 11/10/2025

Aceito para publicação em 27/01/2026